

# Tempo e trabalho na contemporaneidade: notas para uma agenda de pesquisa no campo da psicanálise<sup>1</sup>

## *Time and work in contemporaneity: notes for a research agenda in the field of psychoanalysis*

---

Débora Ferreira Leite de Moraes\*

Ana Maria Loffredo\*\*

### **Resumo**

Em termos de temporalidades, três são os aspectos principais que serão abordados neste artigo como característicos dos novos modos de regulação temporal do trabalho na contemporaneidade: o tempo de curto prazo; a impermanência e flexibilidade que, nos impondo uma renovação constante, não nos permite construir uma narrativa de longo prazo; a não distinção (mesmo que ilusória) entre o tempo de vida e o tempo de trabalho. Esses predicados da condição temporal servirão como uma espécie de cenário de onde destacaremos, ao final, algumas questões para uma agenda de pesquisa no campo específico da psicanálise.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Trabalho. Tempo. Contemporaneidade.

### **Abstract**

*There are three main aspects to be covered in this article as characteristic of the new modes of temporal regulation of work in contemporary society: the short-term time; the impermanence and flexibility that, imposing a constant renewal, does not allow us to build a long-term narrative; the distinction (even if illusory) between the time of life and the working time. The description of these new temporalities will compose a kind of scenario from where we will highlight demands for a research agenda in the specific field of psychoanalysis.*

**Keywords:** Psychoanalysis. Work. Time. Contemporaneity.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da tese de doutorado, intitulada *Sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na cultura organizacional contemporânea*, defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 2015, pela primeira autora, sob orientação da segunda autora.

\* Psicóloga. Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Professora substituta do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, Brasil. [deborafmoraes@gmail.com](mailto:deborafmoraes@gmail.com)

\*\* Psicanalista. Membro filiado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Professora livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. [analoffredo@usp.br](mailto:analoffredo@usp.br)

## Tempo é dinheiro?

A organização do tempo em calendários, relógios ou símbolos, essencialmente numéricos, é característica do processo civilizatório (ELIAS, 1998) indicando que a apropriação do tempo por meio de instrumentos de mensuração padronizados poderia evidenciar o potencial coercitivo dos modos de regulação temporal. Thompson (1998) aponta que a relação entre o tempo e o trabalho foi atravessada pela notação temporal mesmo antes da intermediação do relógio. Os camponeses e artesãos também se valiam da relação com o tempo para dimensionar seu trabalho, embora o símbolo numérico não regulasse suas atividades. Podemos considerar, para os propósitos deste estudo, que a regulação temporal do trabalho prescinde do mecanismo do relógio e dos calendários, mas também é visível que a padronização instituída pelos símbolos numéricos transfere valor mensurável ao tempo, mudando os pilares da relação do sujeito com o trabalho na modernidade. A diferença fundamental é que no contexto de trabalho do camponês, do pescador ou do artesão, os ritmos eram ditados pela necessidade daquela determinada tarefa e pela condição cíclica imposta pela natureza. Este modo de orientação temporal, que se fundava na tarefa, nos ciclos naturais e na obrigação de cumprimento de determinado trabalho por uma necessidade coletiva, tem uma dimensão “mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado” (THOMPSON, 1998, p. 271).

Do tempo religioso – do bater dos sinos aos calendários cristãos que passaram a organizar o cotidiano de trabalho e descanso –, até o tempo propriamente dos comerciantes, fica evidente que submeter o tempo à medição trará elementos concretos para o controle do tempo e, portanto, para usar da experiência temporal como regulador do trabalho. A medição do tempo dará subsídios tangíveis para a quantificação e rentabilização do tempo nas sociedades industriais<sup>2</sup>:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. *O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.* (THOMPSON, 1998, p. 272, grifo nosso).

---

<sup>2</sup> Vale dizer que a contratação de mão-de-obra, mesmo no âmbito da agricultura, é precursora do que será reificado pela industrialização em termos de contabilização do tempo. Ainda na “metade do século XVII, os fazendeiros ricos calculavam as suas expectativas da mão de obra contratada em ‘dias de trabalho’” (THOMPSON, 1998, p. 272).

De acordo com Harvey (1989), “quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social” (p. 207). Para Taylor deveríamos, como condição para uma administração científica do trabalho fabril, “estudar, com o cronômetro de parada automática, o tempo exigido para cada um destes movimentos elementares e então escolher os meios mais rápidos de realizar as fases do trabalho” (TAYLOR, 1990, p. 86). O ritmo do trabalho ditado pelo cronômetro no início do taylorismo cede lugar ao ritmo imposto pelas próprias máquinas e pela linha de montagem<sup>3</sup>. De qualquer forma, sendo por meio do cronômetro, do relógio de ponto ou da rotina de trabalho, trata-se de um “grau relativamente elevado de autodisciplina, em relação ao tempo social [e acrescentamos, ao tempo psíquico], que caracteriza os homens dos Estados industriais avançados” (ELIAS, 1998, p. 23).

Birman (1999), que se vale do campo conceitual da psicanálise para refletir sobre essa temática, aponta que o tempo na modernidade passa a ser concebido por meio de duas condições: a quantificação e a rentabilização. É assim que “o tempo entra no registro da quantificação e se transforma em um operador fundamental dos processos sociais de produção” (p. 267). O tempo humano, a partir do capitalismo, passa a ser contado em dinheiro e esta condição específica, de rentabilização, aponta para novas relações coercitivas exercidas pelo controle do tempo. Institui-se, para o sujeito, “as representações sobre o ‘ganhar’ e o ‘perder tempo’ que revelam de forma eloquente a quantificação e a rentabilização econômica da experiência temporal” (p. 267). A representação do tempo em termos de rentabilidade traz subsídios, na contemporaneidade, para novas modalidades de sofrimento de um sujeito que já não é mais livre em seu tempo de vida porque precisa investi-lo, precisa gastá-lo bem. Trata-se de uma extração sistemática do tempo que não permite ao sujeito uma experiência livre do tecido de sua vida.

Adorno (1995) enfatiza, em seu artigo *Tempo livre*, que a condição de não liberdade está presente inclusive no que chamamos, paradoxalmente, de tempo livre. Logo no início desse trabalho, referindo-se à sociedade industrial, esclarece que só podemos falar de tempo livre na relação com seu oposto, ou seja, só há tempo livre na relação com o tempo preenchido pelo trabalho e essa

---

<sup>3</sup> Dois filmes podem evidenciar o novo ritmo imposto pela industrialização: Em *Tempos modernos* (1936), Charles Chaplin exibe com maestria a relação tempo/trabalho nas linhas de montagem. O filme de Vertov, *O Homem com uma câmera* (1929), que foi um marco na história do cinema, nos ajuda também a entender o ritmo da modernidade por meio não só das imagens, mas da trilha sonora e das sensações que produz no espectador.

oposição confere traços essenciais ao que concebemos como tempo livre. Para além da oposição, é como se o tempo livre seguisse o trabalho como sua sombra. A metáfora é proposta por Adorno e, para o leitor desavisado, poderia passar despercebida no meio do texto, mas não poderia ser cunhada com tanta precisão. Uma sombra<sup>44</sup> é uma projeção a partir de um objeto e não pode existir sem ele. Ainda que seja, por si só outra imagem, a sombra revela, nas suas curvas, a imagem que lhe deu origem, ou seja, conserva características específicas do objeto. Considerando o objeto como sendo o tempo trabalho e a sombra como o tempo livre, podemos compreender que o tempo livre será delineado com o mesmo formato que o objeto que o originou (ainda que isso seja velado por meio de uma tentativa de manter uma oposição entre lazer e trabalho); além disso, podemos, de antemão, desconfiar do adjetivo *livre* já que uma sombra nunca será livre do seu objeto, mas acorrentada a ele.

De acordo com Adorno (1995), “deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho [...] Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias ao trabalho” (p. 73). O subterfúgio do contrabando transporta para o tempo livre as condições de autodisciplina do trabalho sob a aparência de liberdade. Benjamin (1994), em seu artigo *Sobre alguns temas em Baudelaire*, concorda com esta hipótese de Adorno quando menciona o Lunapark:

O que o Lunapark realiza com seus brinquedos oscilantes, giratórios e diversões similares não é senão uma amostra do condicionamento a que se encontra submetido o operário não-especializado na fábrica (uma amostra que lhe substituirá por vezes toda uma programação, pois a arte do cômico, na qual o homem do povo se permitia ser iniciado no Lunapark, prosperava nos períodos de desocupação). (BENJAMIN, 1994, p. 126).

Um dos paradoxos do termo *tempo livre* está justamente atrelado à condição de não liberdade deste tempo que não é preenchido pelo trabalho. Como se fosse uma extensão da não liberdade das condições de trabalho, o tempo livre continua a manter comportamentos próprios ao trabalho fabril, de maneira que o condicionamento da fábrica parece também estar presente no aproveitamento voluntário do tempo livre.

---

<sup>44</sup> Estamos tomando o vocábulo “sombra” em sua significação no senso comum e não como conceito teórico.

No conceito de *hobby*, por exemplo, está inculcada a necessidade de se ter uma ocupação durante o tempo livre, uma atividade produtiva que, de preferência, se contraponha ou se distancie, ilusoriamente, do cotidiano do trabalho. Nas palavras de Adorno (1995):

O trabalho foi coisificado, então a palavra 'hobby' conduz ao paradoxo de que aquele estado, que se entende como o contrário de coisificação, como reserva de vida imediata em um sistema total completamente mediado, é, por sua vez, coisificado da mesma maneira que a rígida delimitação entre trabalho e tempo livre. (p. 72).

Os esportes constituem outro campo privilegiado para os estudos sobre o tempo livre, considerando que as pessoas, sem se darem conta, condicionam mais uma vez os comportamentos que lhes serão exigidos no ambiente de trabalho. O adestramento do movimento, dos gestos e do corpo, de uma forma geral, é condição necessária para as atividades do operário na fábrica e também no esporte. A disciplina do corpo e o ritmo no esporte - sem mencionar as condições de competitividade e agressividade exigidas pela cultura organizacional contemporânea - se apresentam, precisamente, como prolongamentos do trabalho,

mediante a funcionalização do corpo no 'team', que se realiza precisamente nos esportes prediletos, as pessoas adestram-se sem sabê-lo para formas de comportamento mais ou menos sublimadas que delas se espera no processo de trabalho. [...] 'Fitness' para o trabalho é contudo uma das finalidades secretas do esporte. (ADORNO, 1995, p. 79).

As analogias com o campo do esporte são frequentes nas organizações contemporâneas: a figura do *coaching*, a liderança e o time, por exemplo, ilustram as práticas organizacionais que tornaram a competição um modelo de relação social e um modo de estar no mundo. Para Dardot e Laval (2016): "o 'coaching' é a marca e ao mesmo tempo o meio dessa analogia constante entre esporte, sexualidade e trabalho" (p. 354).

Outra ilustração exemplar é a noção de férias, onde fica manifesta a oposição aparente entre tempo de trabalho e tempo livre: há a necessidade de se *aproveitar o tempo* nas férias, como se tivéssemos que produzir resultados específicos durante nossas folgas do trabalho. A psicanalista Kehl (2009) é taxativa com referência à sociedade contemporânea:

atividades de lazer, marcadas pela compulsão incansável de produzir resultados, comprovações, efeitos de diversão, que tornam a experiência do tempo de lazer tão cansativa e vazia quanto a do tempo da produção. *Nada causa tanto escândalo, em nosso tempo, quanto o tempo vazio. É preciso “aproveitar” o tempo, fazer render a vida, sem preguiça e sem descanso.* (p. 125, grifo nosso).

Fica aparente, mais uma vez a condição de rentabilização econômica da nossa experiência temporal a partir da modernidade. Para Adorno (1995) – e concordamos com ele –, “*as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem*” (p. 74, grifo nosso). Poderíamos encampar a *liberdade*, na cultura contemporânea, como *ilusão*, no sentido freudiano do termo, conforme definido em *O futuro de uma ilusão* (FREUD, 1927/2014) e *Acerca de uma visão de mundo* (FREUD, 1933/2014). Os deuses podem ter mudado, mas o mecanismo subjacente parece ser o mesmo.

No que concerne às novas modalidades de regulação temporal do trabalho, Sennett (2012) usa justamente o predicado da ilusão também como caracterizador das experiências contemporâneas. Ele argumenta que o ambiente de trabalho atual – com ênfase nos trabalhos de curto prazo, nos riscos e na flexibilidade – embora se mascare *sob a aparência de uma maior liberdade* para o sujeito –, não permite que as pessoas desenvolvam experiências<sup>5</sup> e isso impede a construção de uma narrativa coerente para suas vidas.

Dois casos<sup>6</sup> que ocorreram em agosto de 2013 ilustram e radicalizam as condições que queremos destacar: Moritz Erhardt, jovem alemão de 21 anos, estagiário do Bank of America-Merrill Lynch, morreu após 72 horas seguidas de trabalho. Pierre Wauthier, CFO (Chief Financial Officer) da Zurich, cometeu suicídio e deixou uma nota mencionando a sobrecarga e a pressão sofrida na seguradora como causa de sua morte.

Sob uma aparência de maior liberdade, pelo menos no que concerne à rotina de trabalho, o controle é feito pelo estabelecimento de metas e/ou pela ameaça, sempre à espreita, de descarte. À ameaça de demissão soma-se à sensação de estar sendo testado o tempo todo, seja por meio das avaliações de

---

<sup>5</sup> Entendemos experiência a partir das indicações feitas por Walter Benjamin nos textos *Experiência e pobreza* (1933) e *O narrador* (1936). As articulações entre tempo, experiência e narrativa (ou falta de) na contemporaneidade não serão desenvolvidas no espaço restrito deste artigo, mas remetemos o leitor para Moraes (2019).

<sup>6</sup> Ambas as notícias podem ser encontradas na *Reuters*, nos seguintes links:  
<<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE97L00720130822>>  
<<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE97T02E20130830>>

desempenho formais, seja na conversa no corredor ou na festa de final de ano da empresa. Para Sennett (2012), as regras não são claras e, em situações como essas, cujas evidências não são palpáveis, as pessoas concentram-se em “Como o chefe dá bom dia de manhã, quem foi convidado apenas para tomar uns drinques no lançamento da vodca limão e quem para o jantar depois” (p. 93). Não sem razão, o trabalhador já não se importa mais em “bater o ponto”, mas em trazer resultados e em produzir-se a si mesmo – isso flexibiliza os horários por um lado e adiciona sobrecarga de trabalho por outro.

É evidente que os novos modos de regulação temporal do trabalho não dependem mais do horário marcado ou do relógio de ponto. A distinção entre o tempo livre e o tempo de trabalho, aludida por Adorno como ilusão, perde o sentido diante das 72 horas de trabalho que culminaram com o falecimento de Moritz Erhardt. Também perde o sentido a divisão de trabalho que Adam Smith imaginou na fábrica de alfinetes, já que a sobrecarga imposta a pequenos grupos de trabalho ou a indivíduos isolados, como foi o caso de Pierre Wauthier, é uma característica frequente da organização do trabalho nos dias de hoje – cabe pensar que a imposição não é feita de fora, mas, muitas vezes, assumida numa espécie de autoexploração.

De acordo com Harvey (1989), a transição para o regime de acumulação flexível – que teve muito a ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro na produção e no consumo – trouxe implicações diretas para os trabalhadores, já que “tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na qualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho” (p. 257). A acentuada importância dada à volatilidade e à efemeridade constitui uma das consequências da aceleração generalizada dos tempos de giro do capital. No que concerne à produção, a instantaneidade e a descartabilidade adjetivam as mercadorias do pós-fordismo: refeições e bebidas instantâneas, embalagens, talheres e até roupas descartáveis. Nas palavras do sociólogo:

significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego às coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser (HARVEY, 1989, p. 258).

Jogar fora nossos valores, estilos de vida, relacionamentos com o trabalho, com as pessoas ou lugares, nos arremessa ao oposto da sensação temporal de permanência. A volatilidade nos impede, por um lado, de ancorar nossas ex-

periências passadas, por outro, nos impede de planejar o futuro, o longo prazo. Sennett e Harvey são taxativos: “não há longo prazo!”. E se não há como ancorar nossas experiências, se o curto prazo passou a ser a ordem temporal vigente, a “sensação de que ‘tudo o que é sólido se desmancha no ar’ raramente foi mais pervasiva” (HARVEY, 1989, p. 258). Sennett (2012) completa essas considerações:

No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso de trabalho, e trocar de aptidão básica pelo menos outras três durante quarenta anos de trabalho. (SENNETT, 2012, p. 21-22).

A cada mudança de emprego ou a cada transferência de sede, a cada fusão de empresas ou mudança de planos estratégicos, a cada transformação nas destrezas necessárias para o trabalho ou a cada mudança de cidade ou, eventualmente, de país, o sujeito se vê diante do recomeço: é tudo novo, de novo. Está sempre prestes a abandonar a história que precede a mudança em prol de uma flexibilidade necessária para continuar no mercado de trabalho. Mas flexibilizar-se significa estar pronto para destruir o passado frente às demandas imediatas do tempo presente; significa se adaptar às mudanças constantes, mesmo que para isso seja necessário abdicar das aptidões, dos relacionamentos, dos planos, das histórias construídas ao longo do tempo: “essa *ausência de apego temporal* está ligada a um segundo traço de flexibilidade de caráter, a *tolerância com a fragmentação*” (SENNETT, 2012, p. 72, grifo nosso).

Se a permanência e o longo prazo são condições necessárias não só para a construção de uma narrativa, mas, em última instância, para a própria elaboração psíquica dos eventos cotidianos, ainda de acordo com esse autor, o contexto que se apresenta nos dias atuais é extremamente desfavorável: as “condições da nova economia alimentam, ao contrário, a *experiência com a deriva do tempo*, de lugar em lugar, de emprego em emprego” (p. 27, grifo nosso). Enfim, o imediatismo e o curto prazo, estampados tanto no cotidiano de trabalho quanto nas ameaças de demissão somados a essa sucessão de presentes como condição para construção de uma carreira, nos deixam sem espaço para uma temporalidade sensível.

Ademais, se no fordismo o trabalhador podia entrar no processo de produção, levando apenas sua marmita ou seu uniforme,



Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc.. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe a trabalhar, e explora (GORZ, 2005, p. 19).

Não faz sentido, portanto, seguindo este raciocínio, pensarmos em termos de divisão temporal de “tempo-trabalho” versus “tempo-livre”, quando o próprio trabalhador deve produzir-se a si mesmo continuamente, de modo que, “No lugar da exploração, entram a autoexploração e autocomercialização do ‘Eu S/A’” (GORZ, 2005, p. 10). Assim se destaca como

A teoria do capital humano aparece dentro do mundo das organizações e do management corporativo. Seus conceitos básicos – pensar as destrezas, e seu possuidor como um capitalista de capital humano (que escolhe *livremente* onde quer investir esse seu capital) – são celebrados como um grande progresso, uma verdadeira humanização da empresa (LOPEZ-RUIZ, 2007, p. 233, grifo nosso).

A questão da liberdade nos remete, mais uma vez, às considerações de Adorno: “as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem”. Mas o que nos importa, do ponto de vista deste artigo, é que, ao produzir-se a si mesmo, o sujeito mobiliza não só sua força de trabalho, mas seus valores, seu comportamento, sua afetividade, suas atividades de lazer, suas relações pessoais.

Para o sujeito pós-fordista “o que deve interessar é o incremento do próprio capital, tanto quanto interessa aos investidores, o incremento do seu” (LOPEZ-RUIZ, 2007, p. 248). Nesse sentido, o *risco* passa a assumir lugar central no discurso contemporâneo sobre o trabalho. Os sujeitos assentem à *ilusão* subjacente a esse discurso e, sob a aparente liberdade para assumir as rédeas da própria carreira, o risco também passa a ser assumido pelo trabalhador: “Permanecer num estado contínuo de *vulnerabilidade* é a proposta que, talvez sem saber, os autores dos manuais de negócios fazem quando celebram o *risco diário* na empresa flexível” (SENNETT, 2012, p. 97, grifo nosso). Isso quer dizer que, sob a aparência de um controle maior de seu tempo no campo do trabalho, o trabalhador mergulha no risco e na volatilidade como condição permanente.

Ora, o risco remete à efemeridade como condição temporal, em conjunção com uma mudança da relação com o tempo que já não é mais determinada

pelo regime salarial, mas por projetos/metap. Mas não estamos nos referindo aqui apenas ao estagiário alemão ou ao alto executivo da Suíça, presentes nas notícias que expusemos, desde que esse contexto aponta para uma situação muito mais abrangente e radical: “A disposição de arriscar, porém, não mais deve ser domínio apenas de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas” (SENNETT, 2012, p. 94).

Alguns exemplos recentes poderiam servir como ilustração dessa perspectiva: os chamados “contrato zero hora”, que se proliferaram no Reino Unido<sup>77</sup>, deslocam o risco para o trabalhador, que, embora tenha que mostrar disponibilidade de tempo total para a empresa, fica sob aviso e sem saber quantas horas serão trabalhadas e remuneradas naquela determinada semana. A ultra flexibilização do tempo de trabalho aparece, na versão brasileira, por meio do que foi denominado na última reforma trabalhista, em 2017, como “trabalho intermitente”<sup>88</sup>. A questão do risco, portanto, passa a configurar-se como condição necessária no cotidiano de trabalho. Na perspectiva dos autores aos quais estamos nos referindo no presente artigo, trata-se de uma forma de pensamento que se alastrou para qualquer tipo de carreira; e, mais que isso, trata-se – segundo Dardot e Laval (2016) – de uma nova razão do mundo, de uma racionalidade neoliberal<sup>9</sup> que tem fabricado um “sujeito neoliberal”, a partir da “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (p. 17).

É certo que os efeitos dos novos modos de regulação no trabalho não se limitam às mudanças temporais a que aludimos: curto prazo, efemeridade, falta de perspectiva de futuro e não distinção entre tempo de vida e tempo de trabalho. Contudo, há uma articulação evidente entre os novos predicados temporais e as condições de sobrecarga, de risco e de vulnerabilidade a que estão submeti-

<sup>77</sup> A notícia pode ser acessada em <<http://pt.euronews.com/2015/05/01/contratos-zero-horas-uma-polemica-britanica>> onde também são encontradas as referências para as entrevistas originais, em inglês.

<sup>88</sup> Lei 13.467 sancionada em 13 de julho de 2017. O artigo 396, parágrafo terceiro, explicita: “Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria”.

<sup>9</sup> Não entraremos, no âmbito deste artigo, sobre considerações acerca do neoliberalismo, ainda que esse seja o pano de fundo de nossas considerações. Remeto o leitor para os trabalhos, por exemplo, de Andrade, D. P. (2015) e Rose, N. (1989). Neste momento, para nossos propósitos, basta a afirmação de Foucault (1979/2008), relativa ao neoliberalismo americano: “o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de construir um capital humano” (p. 315).

dos os trabalhadores na contemporaneidade. Mas quais seriam seus efeitos do ponto de vista psíquico? Estaríamos diante de novas modalidades de sofrimento e de consequências indelévels para o sujeito? Como poderíamos interpretar esse cenário que descrevemos, segundo as contribuições do referencial psicanalítico?

## Por uma agenda de pesquisa no campo da psicanálise

Podemos arriscar a seguinte hipótese: na cultura contemporânea e, mais especificamente, no campo do trabalho, as cadências entre o tempo do sujeito e o tempo extra psiquicamente compartilhado, estão demasiadamente descompassadas. Em outras palavras, a aceleração, a flexibilidade, o curtíssimo prazo, a cadência desenfreada exigida pelos novos modos de regulação temporal no trabalho, não se harmonizam com o tempo do sujeito. Nas palavras de Kehl (2009),

Todas essas questões nos conduzem diretamente à nossa especulação a respeito dos efeitos da velocidade que a sociedade contemporânea imprime à vida, ao inutilizar a cada instante o passado não imediato em função da necessidade urgente de responder a estímulos presentes, com a atenção voltada para o futuro próximo (p. 148).

É esse *presente comprimido* que, em seu apogeu, extinguiria até o sono em função das exigências do trabalho<sup>10</sup>, que nos remete à efemeridade e à volatilidade. A remuneração por metas somada à abolição gradativa do salário, as avaliações de desempenho que conjuminam para a incerteza de um futuro no trabalho, a incerteza dos contratos intermitentes, a urgência e a sobrecarga, juntamente com a condição de mobilização total, mencionada anteriormente, arremessam-nos para uma espécie de atoleiro em cuja areia não se pode fixar: “Operacionalmente, tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível” (SENNETT, 2012, p. 79). O barro movediço nos parece uma analogia adequada à contemporaneidade – a instabilidade tornou-se regra:

assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado de trabalho. [...] *É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir* (SENNETT, 2012, p. 9, grifo nosso).

---

<sup>10</sup> Refiro-me aqui ao trabalho de Crary, J. (2014).

Nesse contexto, como bem atestam as queixas frequentes na clínica atual, podemos ser “levados de volta às *neuroses de angústia*, conceituadas por Freud nos meados da década de noventa do século 19... e não temos nenhuma dificuldade de estabelecer semelhanças do enorme rol de sintomas descritos por Freud naquela ocasião, com o que a psiquiatria atual denomina ‘síndrome do pânico’” (LOFFREDO, 2013, p. 111).

Outros indícios, em termos de novas modalidades de sofrimento, conduzem à seguinte questão: como a psicanálise pode contribuir tanto para a interpretação das demandas do sujeito quanto para a interpretação desse cenário como sintoma social? Apontaremos algumas pistas que podem nos auxiliar a construir eixos de pesquisa, tendo como suporte os argumentos que desenvolvemos até aqui.

O primeiro item de nossa agenda concerne à metapsicologia freudiana e às articulações possíveis dentro desse campo; o segundo estende as considerações psicanalíticas para além do *setting* clínico convencional, por meio de uma interpretação das consequências desses novos modos de regulação temporal em termos de sintoma social.

No quadro de um primeiro eixo de investigação, não é difícil articular o excesso de trabalho, somado ao excesso da velocidade, à condição traumática, se nos reportarmos à centralidade da dimensão econômica presente na definição freudiana de “trauma”<sup>11</sup>:

Com efeito, a expressão “traumática” não tem outro sentido que não esse, econômico. Chamamos assim *uma vivência que, em curto espaço de tempo, traz para a vida psíquica um tal incremento de estímulos* que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, disso resultando inevitavelmente perturbações duradouras no funcionamento da energia (FREUD, 1917a/2014, p. 367, grifo nosso).

As condições de ilusão, de risco e de vulnerabilidade – sublinhadas a partir do panorama que esboçamos – parecem se constituir, em seu conjunto, como condições potenciais para a exposição do sujeito à traumatização. Nesse sentido, o campo do traumático nos parece privilegiado para pensarmos nas

<sup>11</sup> Cabe lembrar que as abordagens acerca deste tema são plurais e apontam para uma amplitude de abordagens: “Já na década de 1960, num simpósio sobre o tema, cujas considerações foram editadas por Sidney Furst (1967), a diversidade das abordagens e conceituações do termo trauma evidenciada no encontro foi de modo a provocar em Anna Freud o comentário de que tão vasta amplidão de acepções do termo trauma terminava por ocasionar a perda do seu valor conceitual, e a diluição de sua significação” (RUDGE, 2006, p. 7-8).

modalidades de sofrimento psíquico que se destacam na contemporaneidade. Isso não quer dizer que todos aqueles que estão expostos ao excesso de trabalho e às condições precárias de garantia e de remuneração, às mudanças velozes, à flexibilização e à efemeridade, estão traumatizados, tal como os combatentes de guerra que voltavam silenciosos do campo de batalha, conforme abordado por Freud em sua 18ª Conferência: *a fixação no trauma, o inconsciente* (1917a/2014) e em seu texto *Introdução a psicanálise e as neuroses de guerra* (1919/2010). Contudo, talvez essas condições possam operar como pequenos traumas parciais que, em seu conjunto, podem ou não levar o sujeito ao silêncio. Referindo-se à hegemonia da velocidade e da urgência tal como experimentamos atualmente, Kehl (2009) disserta sobre “pequenos traumas, soltos da rede de representações” (p. 157). Mas como podemos nos preparar e metabolizar os excessos do nosso cotidiano?

Sabemos que, para Freud (1920/2010), como bem define em *Além do princípio do prazer*, terror é “o estado em que ficamos ao correr um perigo sem estarmos para ele preparados, [o que] enfatiza o fator surpresa” (p. 169, grifo nosso)<sup>12</sup>. Diante de uma situação de perigo, já no âmbito da teorização pertinente à segunda tópica freudiana (FREUD, 1923/2011), caberia ao eu liberar certa dose de angústia para mobilizar os processos defensivos e proteger o sujeito da condição traumática iminente. Assim, importa destacar que “o sinal de angústia é mobilizado toda vez que ocorre uma *ameaça* que tal situação traumática volte a ocorrer, de modo que nessa rede conceitual o sinal de angústia ocupa um papel nuclear.... Com essa estratégia, o eu se previne contra o esmagamento articulado ao desamparo por meio do agenciamento dos processos defensivos” (LOFFREDO, 2012, p. 113). Ora, o que ocorre é que nas neuroses traumáticas, especialmente nas neuroses de guerra, como desenvolve Freud (1919/2010), o sujeito fica impedido de reagir ao perigo – há que se considerar que o fator surpresa é condição estratégica no caso da guerra. Cabe perguntar: e as surpresas que vivenciamos no cotidiano do trabalho? E o tempo do *presente comprimido*, em que só vale o instantâneo, em que o descarte destaca uma espécie de *morte iminente*? Estamos, certamente, diante de novos perigos – como se engendraria (ou não) a preparação para enfrentá-los?

O que se pode sublinhar, segundo Loffredo (2013), é que as várias modalidades de expressão do sofrimento psíquico na atualidade “revelam, em seu

---

<sup>12</sup> A diferenciação entre *Schreck*, *Furcht* e *Angst* é enunciada na 25ª Conferência: *a angústia* (FREUD, 1917b/2014) sendo retomada em *Inibição, sintoma e angústia* (FREUD, 1926/2011).

conjunto, graves dificuldades no plano da capacidade de simbolização, para a qual a questão da temporalidade e da capacidade de continência é essencial” (p. 111). É justamente esse papel defensivo da angústia que corre o risco de ficar comprometido, nos dias atuais, já que

essa dificuldade de simbolização deverá ter consequências de peso na operação desse dispositivo crucial que é o sinal de angústia....espécie de “regulador de voltagem”, cuja função é prevenir o traumatismo presente na erupção de uma “angústia automática”, que toma o eu de surpresa e paralisa seu funcionamento. Não deve nos surpreender, portanto, que a palavra de ordem da atualidade, que se expressa com proeminência na clínica psicanalítica, se vincula aos *excessos* de todo tipo (LOFFREDO, 2013, p. 112).

Em articulação ao primeiro eixo de investigação, as várias formas de depressão, conforme se apresentam na atualidade, delimitam uma segunda vertente de pesquisa. Destacada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na campanha anual de 2017<sup>13</sup>, a depressão é considerada como um dos “transtornos” mais incapacitantes do mundo. No bojo de uma perspectiva epistemológica alheia à psicanálise, a incapacidade está aqui diretamente relacionada ao *tempo perdido* no campo do trabalho e à impossibilidade de exercer as tarefas cotidianas no âmbito social. Do ponto de vista do referencial teórico-metodológico psicanalítico, outras nuances se interpõem para o entendimento da epidemia anunciada pela OMS. Para nós,

Analisar as depressões como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo tão incomodo e ruidoso quanto foram as histéricas no século XIX. A depressão é a expressão do mal-estar que *faz água* e ameaça afundar a nau dos bem adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-a-porter*, da saúde, do exibicionismo (KEHL, 2009, p. 22, grifo do autor).

Se a cada tempo da cultura correspondem novas modalidades de laço social, deverão, por essa linha de raciocínio, corresponder novas modalidades de sintomas, já que a adaptação dos neuróticos ao meio social é função das inter-

---

<sup>13</sup> O relatório está disponível em: <<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf;jsessionid=3603EB4FB58063B1FF1642A928BBD1BA?sequence=1>>.

dições e dos modelos que se originam desse meio. O sintoma, segundo essa perspectiva, pode ser entendido como uma expressão de desacordo em relação à normatividade social e também como denúncia, em suas entrelinhas, de contradições desse mesmo contexto do qual é oriundo.

Na contemporaneidade é norma a competitividade, o risco e a velocidade. Ora, nesse contexto cultural, a lentidão aparece como emergente a ser erradicado por meio de medicamentos ou de terapias também focadas na rapidez do resultado.

Para Byung-Chul Han (2017), passamos de uma sociedade disciplinar, caracterizada pela proibição, pelo mandamento, pela repressão e coerção para uma sociedade do desempenho, em que se preza pelo projeto, pela iniciativa individual, pelo poder ilimitado do sujeito, tomado como empreendedor de si mesmo. Para o autor sul-coreano, o paradigma da disciplina do século XIX e XX dá lugar, no século XXI, ao paradigma do desempenho e ao discurso condensado na expressão publicitária “Yes, we can!”. Ehrenberg (2010) localiza a depressão, em termos de sintoma social, justamente nessa passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho e valida suas considerações a partir dos discursos esportivo e empresarial, ambos ancorados no desempenho e na competição. Dardot e Laval (2016) atravessam a mesma seara ao considerar a competição como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação, ensejadas pela racionalidade neoliberal.

Se “o que motiva a lentidão do depressivo não é uma intenção política, o efeito de sua incapacidade de colocar-se em sintonia como a urgência contemporânea acaba por oferecer resistência às modalidades de gozo oferecidas” (KEHL, 2009, p. 18). Os depressivos, desta maneira, mesmo que sejam escutados um a um no *setting* clínico convencional, revelam, em seu conjunto, o alcance da interpretação da cultura à luz da psicanálise, permitindo-nos retomar, de modo enfático, a herança freudiana:

Justamente por estar essa disciplina particularmente habilitada, em função de seu instrumental teórico-metodológico, para mergulhar nas obscuridades inquietantes das novas configurações subjetivas que se expressam de forma proeminente, permitindo destacar uma vez mais como a psicanálise se fundou e, portanto, está necessariamente comprometida desde suas origens, numa imbricação radicalmente constitutiva entre o individual e o coletivo (LOFFREDO, 2013).

Freud legitima essa possibilidade de passear com o divã pelos meandros dos fenômenos sociais, especialmente, nos clássicos textos *Psicologia das mas-*

*sas e análise do eu* (1921/2014), *O futuro de uma ilusão* (1927/2014), *O mal estar na civilização* (1930/2011), *Acerca das visões de mundo* (1933/2014) e converge para uma afirmação radical:

se olharmos a relação entre o processo cultural da humanidade e o processo de desenvolvimento ou educação do indivíduo, sem muito hesitar decidiremos que ambos são de natureza muito parecida, se não forem o mesmo processo realizado em objetos diferentes” (FREUD, 1930/2011, p. 87-98).

É dessa perspectiva que podemos ponderar que as novas temporalidades e os novos modos de regulação do trabalho, pautados em termos coletivos, se articulam, necessariamente, com o sofrimento individual. Isso nos indica que poderíamos também pensar, diante das novas modalidades de “mal-estar na cultura”, em novas configurações pertinentes ao campo das instâncias ideais. Talvez essa seja uma pista fundamental para iluminar a reflexão sobre as novas formas de subjetivação na atualidade.

### Tramitação

Recebido em 31/10/2018

Aprovado em 04/03/2019

### Referências

- ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ANDRADE, D. P. As fissuras do horizonte: utopia, a despeito da nebulosa neoliberal. In: PADILHA, W. (Org.). *Antimanual de gestão: desconstruindo o discurso do management*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015, v. 1, p. 355-383.
- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 3).
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CRARY, J. *Capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.



- DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução de Pedro Bendassolli. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FREUD, S. (1917a) *18ª Conferência: a fixação no trauma, o inconsciente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 13).
- \_\_\_\_\_. (1917b). *25ª Conferência: a angústia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 13).
- \_\_\_\_\_. (1919). *Introdução à psicanálise das neuroses de guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 14).
- \_\_\_\_\_. (1920). *Além do princípio do prazer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 14).
- \_\_\_\_\_. (1921). *Psicologia das massas e análise do eu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 15).
- \_\_\_\_\_. (1923). *O eu e o id*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 16).
- \_\_\_\_\_. (1926). *Inibição, sintoma e angústia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 17).
- \_\_\_\_\_. (1927). *O futuro de uma ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 17).
- \_\_\_\_\_. (1930). *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 18).
- \_\_\_\_\_. (1933). *Acerca de uma visão de mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 18).
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.
- HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- KEHL, M. R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- LOFFREDO, A. M. Contribuições do pensamento freudiano para a teoria psicanalítica da atualidade. In: MOUAMMAR, C. C. E.; CAMPOS, E. B. V. *Psicanálise e questões da contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2013. (Coleção REVER – Psicanálise na Unesp n.1, Coedição: São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2013).
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: AMBRA, P. SILVA JUNIOR, N. (Org.). *Histeria e gênero: sexo como desencontro*. São Paulo: Nversos, 2013.
- \_\_\_\_\_. Anotações sobre a leitura freudiana da angústia. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 105-130, 2012.
- LOPEZ-RUIZ, O. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- MORAES, D. F. L. *O sujeito à deriva: um olhar psicanalítico sobre a perda da narrativa na cultura organizacional contemporânea*. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *O sujeito à deriva: temporalidades, narrativas e subjetivação na contemporaneidade*. São Paulo: Zagodoni, 2019.
- NIKOLAS, R. *Governing of the soul: the shaping of the private self*. London: Routledge, 1989.
- RANDY, M. *Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.
- RUDGE, A. M. (Org.). *Traumas*. São Paulo: Escuta, 2006.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- TAYLOR, F. W. *Princípios da administração científica*. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 1990.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.